

PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E PROTAGONISMO JUVENIL: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PRÁXIS LIBERTADORA

RYZEWSKI, Luiz Antônio – UFSC – luizantonioryz@gmail.com
STORTI, Moysés Martins Tosta – UFSC – moysesmts@hotmail.com

Resumo: As discussões sobre protagonismo encontram fundamentos na grande obra de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*. O livro explicita contradições muitas vezes omitidas, possivelmente por serem instigantes e desconfortáveis, e aborda temas contemporâneos absolutamente pertinentes em nossas realidades urbanas neste fim de primeira década do século XXI. Propomos neste ensaio refletir sobre o protagonismo juvenil que adquire uma perspectiva mais cidadã quando num processo concreto de práxis libertadora coletiva, como nos fala Freire. Cientes que somos das realidades e urgente necessidade de se buscar refletir vivenciando a dinâmica aprender-ensinar com os próprios jovens, na busca de vislumbrar novas maneiras para os novos tempos, procuramos aqui compartilhar idéias e vivências na busca da conscientização sobre as contradições incrustadas como a do opressor/oprimido, assim como a do “subopressor”. Assuntos estes cujo refletir é imprescindível para a superação das “consciências dominadas” e de situações opressoras instauradas também nas inter-relações entre os próprios jovens sob o contexto neoliberal. No mesmo sentido continuista segue-se também a “educação bancária”, ainda absolutamente instalada em todo o sistema educacional, que para nada mais serve do que ao propósito de manutenção do *status quo* e instalação de relações de dominação que leva à exclusão de tantos, elementos determinantes na “produção” do protagonismo “ladrão” da contravenção. Pelo diálogo, compreensão crítica e práxis cotidiana, à luz dos ensinamentos motivadores e revolucionários de Freire vamos assim percebendo e construindo outros caminhos possíveis, aprendendo nas relações a sermos generosos e solidários, percebendo o coletivo como a melhor via de libertação. Como o Coletivo de Aprendizado sobre o Protagonismo Infanto-Juvenil Cidadão, práxis criativa que se vem construindo num encontro profícuo entre diferentes idades e saberes mas muito em comum, experiência que aqui apresentamos.

Palavras-chave: protagonismo juvenil, pedagogia do oprimido, educação cidadã.

Ao evidenciar como homens e mulheres são privados de seus direitos, ignorados e submetidos a uma desumanização decorrente de uma situação de opressão, fruto histórico e social, Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, abre portas para profundas reflexões sobre circunstâncias e motivos pelos quais indivíduos e grupos são calados e subjugados em nossa sociedade. Ele denuncia que na privação de seu direito à palavra e ao exercício de sua capacidade de criação e recriação tais pessoas e coletivos têm sua vocação negada, vocação esta onde a luta pela liberdade faz sentido e direciona ao encontro do *ser mais*. Anuncia a necessidade da práxis para uma inserção crítica da pessoa que se compreendendo sujeito de sua história se lança em busca de seus

objetivos renovados e se faz protagonista com pensar e agir autênticos emersos da reflexão e do diálogo com os outros e com o mundo. Pensar estes aspectos à partir do recorte do protagonismo infanto-juvenil é o que nos propomos e as reflexões de Paulo Freire faz nesta importante obra, nos traz mais clareza e sustentação para este intento.

É impossível falar disso sem que nos refiramos à participação. Mas que tipo de participação? De quem e para quem estamos falando quando tratamos de sociedade ou mesmo de comunidade, ou seja, dos coletivos?

A participação efetiva, o envolvimento com questões que dizem respeito ao individual e ao coletivo de tod@s nós é assunto para quem? Para as lideranças? De que lideranças estamos falando – das elites? Certamente que não. Mas é neste “vazio de responsabilidade e de compromisso” que a sociedade individualista procura tornar o cidadão em mero consumista, passivo diante do que está posto, e com uma percepção competitiva em vez de comunitária e solidária. Ou seja, um esquema de sociedade que predispõe os indivíduos a serem peças isoladas que integram a engrenagem, gente “preparada”, “qualificada”, mas também com a “cabeça feita” em outro sentido não pragmático: o de cumprir sua função, quietinh@, sem questionar ou muito menos, tentar subverter a “ordem”, condenando aqueles que tentem apontar, denunciar ou fazer algo diferente. Apenas cumpridor@s dos seus deveres de bons cidadãos, expectador@s dos grandes espetáculos que o sistema tele-propicia em suas interações midiáticas, por exemplo, como o BBB (Big Brother Brasil) onde, na última semana (dia 04-05/3/08) de sua sétima edição, a votação atingiu mais de 60 milhões de votos.

Assim, numa sociedade onde democracia e participação chegue a se reduzir a escolher entre o que está posto, sejam normas, leis, condições de mercado de trabalho, ou mesmo candidatos A, B, C ou D. Neste sentido vamos criando “sujeitos amansados” e aqui não falamos em pessoas tratáveis e tolerantes, que é uma postura fundamental de respeito e civilidade, mas de subservientes, subalternizados, seguidores massa de manobra, com sua “consciência dominada” de que fala Paulo Freire (p. 112). E se assim é para os adultos, que aceitam esta imputação que lhes é atribuída, imaginemos a que tipo de postura ou educação são submetidos os jovens – crianças, adolescentes, adulescentes e mesmo jovens adultos (estes ainda estudando, se preparando, mesmo que seja no Mestrado nas universidades). Educados para serem à imagem e semelhança de seus orientadores – “mestres” estes que são como, e quem? Infelizmente, grande parte desses, as melhores “reproduções” de seus mestres de então, à imagem de quem

foram “formatados” também, mesmo que tenham então sonhado, aspirado e imaginado serem diferentes, como refere Elis Regina em “Como nossos pais”.

Reclama-se que hoje não se tem mais a contestação inteligente, propositiva, que se tinha nos anos 60, 70 – quando os jovens ousavam dedicar suas vidas a baterem de frente com a hipocrisia e a incoerência do sistema estabelecido. Diz-se que a galera dava a vida pelas causas e que isso acontece muito mais raramente, quase nunca hoje. Por que será? Um dos pontos a aprofundar é que, assim como a ciência evoluiu em relação ao enfrentamento dos vírus biológicos, evoluíram também algumas outras ciências em relação a ocupar o tempo e a mente de nossos jovens com suas “terapias ocupacionais”, “varrendo” o tempo de refletir, de se articular e articular com uma intenção para além das “banalidades” lançadas no *modus-vivendi* comum da vida urbana cotidiana, inserindo o “lazer placebo”, que inunda a mente e vai criando uma dependência. Esse lazer placebo que coloca os lazeres de antigamente como parte do “dever” e portanto do “trabalho” – e neste rol de “obrigações chatas” entra a leitura, a pesquisa, o “papo cabeça” ou diálogo reflexivo de aprofundamento de um assunto qualquer... Todos esses agora colocados como “trabalho”, dever – “*e pra dever eu sou mercenário, só faço para ganhar dinheiro*”. Lazer sob esse novo enfoque é tudo aquilo que propicia prazer, adrenalina ou então, por outro lado, um relaxamento que “não quer esquentar a cabeça”, e aí vem o “*nada de papo cabeça, agora quero é relaxar*”, o que significa não pensar muito! Assim nas relações, quando um problema se apresenta ou uma questão um pouco depressiva ou deprimente – quer-se logo “*mudar de canal!*” O falar do sistema, sua alta habilidade da arte de comunicar torna palatável e prazeroso qualquer absurdo, e sabe se manter equilibrado: quando diz algo deprimente, logo em seguida, resgata o espectador/ouvinte com o positivo, o lindo, o novo no qual vale à pena ser pensar, mesmo que seja como “voyeur”.

A participação, o envolvimento com o coletivo e a *práxis* é o que garante o protagonismo. E isto para além da própria superação, individual ou de um pequeno grupo, leva a uma percepção coletiva ainda mais ampla, local, de sociedade, de classe, do conidção, de gênero, e que serve de trampolim para a militância pela libertação, num protagonismo de todos e para todos. E esta reflexão-desafio é estratégica na educação.

A Educação Bancária, segundo Paulo Freire, que condiciona e controla o pensamento, e reduz a reflexão à reprodução, transmite valores e práticas que servem mais à manutenção do contexto de opressão do que a qualquer outro objetivo, daqueles que conscientemente ou não, levam sujeitos à sujeição e nenhuma perspectiva de

transformação. Essa Educação que absolutiza a ignorância daqueles que tiveram menos ou nenhuma oportunidade, impede sua inserção como sujeito, e ao tolir o desenvolvimento da consciência crítica e capacidade de criação e atuação desse sujeito o anula. E para muitos, especialmente entre os jovens, esse é o caminho do protagonismo que não queremos, o protagonismo “ladrão” em busca do respeito, mesmo seja, ao contrário do modo estabelecido. Ou seja, pela “contra-venção”, contrário ou convencionado e subvencionado pelo sistema!

Ao expor e criticar esta forma de educação, Freire indica rumos novos: uma Educação que se faz problematizadora, apontando, também, para a promoção do Protagonismo. Superando a contradição educador-educando, todos se fazem sujeitos no processo de educação, sendo assim, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (p.79). O caminho passa, segundo ele, por uma forma autêntica de pensar e atuar, que não independe da maneira como o sujeito se percebe no mundo. E o que seria essa forma autêntica, aquela que parte do sujeito em seu grupo, que o leva à satisfação de ver sua reflexão e sua prática como os norteadores de um processo pelo qual passa (seja na educação, seja na saúde, nas atividades culturais, etc.) – senão o protagonismo?

Diante de uma forma como a sociedade está hegemonicamente organizada, cada vez menos as pessoas vislumbram alguma possibilidade de um mundo diferente deste sistema vigente opressor e avassalador que tem na “educação para o consumo, a sujeição e a acomodação” o seu grande trunfo; sendo a mídia sua *naja encantadora*, enebriante que direciona corações e mentes. Implícita, está, a oferenda ao deus-mercado, fora do qual, determina o mito, não há vida, pelo menos não decente em termos de “dignidade material”. Oferenda que é a entrega da grande maior parte da vida útil através da venda da força de trabalho. Neste roldão, a Educação formal, em todos os seus níveis, está posta atuando, especialmente, para a capacitação do trabalho com “qualidade total”. Cada vez mais pragmática e não-reflexiva, prepara @s sujeitos-instrumentos para que ocupem competentemente o melhor lugar possível dentro do sistema como está posto. (Para os gestores desta escola, os “outros mundos possíveis” são assunto para visionários delirantes como os paulofreirianos.)

Mas, como diz Caetano Veloso, “algo está fora da ordem”. Não há lugares para todos nesta suposta ocupação de lugares: é o caso de muitos dos jovens das periferias que resistem a ir atrás do lugar “que lhes cabe neste latifúndio” (aos moldes do que dizia João Cabral de Melo Neto em *Morte e Vida Severina*). O glamour do poder de compra e

a vontade de conquistar um lugar mais confortável e de mais respeitabilidade aos olhos dos outros faz com que estes jovens queiram partir em “vôo livre” na direção do que almejam. Para muitos deles, o caminho com mais perspectivas imediatas é a contravenção.

Ao verem seus pais e irmãos subjugados na sociedade, reduzidos à funções menores e com vidas menores em tudo que “de bom a vida possa oferecer”, e diante de uma educação a que são forçados a se submeter, mas que indica na mesma direção, muitos jovens vêm nas oportunidades delituosas a “sua saída”, ou menos, porta de entrada para o mundo e suas benesses.

E por mais que racionalmente percebam o quanto sem fim é este caminho, assim como os fumantes que tem perfeita noção do risco que estão trazendo para si mesmos mas precisam daquele alívio que a nicotina traz, muitas vezes, cedem à aflição e ao assédio do momento e partem para o “vôo de rapina” à conquistar o mínimo que garanta a sobrevivência daquele instante. Em situações assim se inicia o protagonismo “ladrão”, caminhos muitas vezes sem volta. Sua rebeldia é procedente mas seu “pensar ingênuo” e a condição de “hospedeiros” da percepção do opressor, mesmo sendo suas vítimas, os coloca como “os caras do mal” na trama de contenção e medo que o próprio sistema opressor engendra e faz perpetuar.

A concepção bancária de educação reforça a subalternização

Paulo Freire ao cunhar o clássico termo “Educação Bancária” (1968) denunciando uma disfunção da educação, aponta para uma Educação Problematizadora e Libertadora, verdadeiramente humanista e comprometida com a realidade de mulheres e homens que através de temas geradores que refletem seus anseios e esperanças, que por se tornarem temáticas significativas são ponto de partida para uma dialogicidade conscientizadora. Atentemos para algumas das implicações que encontramos com vistas ao nosso aprendizado sobre o protagonismo juvenil.

Ao analisarmos a educação bancária como “o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber”, idéia fundamentada na opressão e atribuição da ignorância sempre ao outro, percebemos que tal concepção de educação se edifica sobre princípios frontalmente opostos à idéia de protagonismo, o que “anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, o que satisfaz aos interesses dos opressores”, com a manutenção dos

oprimidos na situação de beneficiários, “com o nome simpático de assistidos”, sobre quem os opressores exercem sua falsa generosidade. (Freire 2005, p. 69).

Fleuri (2001), relatando experiências de ensino-aprendizagem com foco na relação professor-aluno, descreve três modelos de educação: autoritária, liberal e libertadora. Resumindo as idéias do autor, a autoritária se constitui no professor como sujeito dotado de autoridade máxima da educação; a repetição, o cumprimento de ordens e a adaptação como objetivos desta educação. E, por fim, o poder coercitivo de notas e do controle das presenças (diretamente ligados à aprovação do aluno no final do curso) como suas estratégias educativas.

Sobre o segundo modelo, o liberal, que Fleuri indica como sendo apresentado como o contraponto àquele, coloca o indivíduo como o sujeito da educação (desconsiderando até mesmo o professor), e tendo como objetivo o fortalecimento das capacidades individuais de opinião e decisão – ou seja, uma preparação para a inserção na sociedade da competição, no mercado e o individualismo - o sujeito livre por si e para si somente, descomprometido com qualquer vínculo ou responsabilidade social, aproveitando das oportunidades e potencialidades pessoais para o próprio proveito apenas, características marcantes da sociedade liberal. Tais modelos de educação ajudam na manutenção da sociedade vigente.

Outra abordagem de educação, um terceiro modelo que faz contraponto a ambos, é apresentado por Fleuri, como Educação Libertadora. e traz estratégias objetivas em direção à transformação das relações e por consequência, da ordem amplamente arraigada pelas concepções tradicionais de educação. Esta Educação Libertadora, nem depositária tampouco liberal, tem o grupo como sujeito coletivo da educação, e é este grupo, apoiado pelo educador, que caminha para a compreensão crítica da realidade, “mediatizados pelo mundo”.

Esta concepção de Educação, Libertadora, se sintoniza com o protagonismo cidadão de que tratamos aqui, onde a ação compartilhada surge à partir da sintonia e das questões significativas como indicado por nossos nobres, queridos autores Freire e Fleuri, e mesmo durante a “função”, durante a “cena”, uma constante reflexão-ação que leva ao aprendizado e à superação. Neste processo todo, a co-atuação do educador@, orientador@ ou facilitador@ como “questionador-problematizador”, ao mesmo tempo que inspirador@ e “memória referencial” dispost@, com generosidade, à apoiar, tem uma função estratégica educativa fundamental em direção ao “inérito viável como algo definido a cuja concretização se dirigirá sua ação!” (p.110). E esta concepção

libertadora, não está direcionada apenas para a educação formal da Escola à Universidade, mas corporificada pela práxis de movimentos, organizações, frentes e articulações com as mais variadas configurações numa rica diversidade que sejam comprometidas com o coletivo na busca genuína da participação de todos, do protagonismo coletivo e, em nosso caso, popular.

Reflexões sobre o protagonismo juvenil

O protagonismo juvenil envolve uma abrangência de significados que devemos observar. Usualmente visto como a postura de atuante em seu contexto de vida, o termo carrega a tendência de explorar o papel positivo destas ações, tais como:

- a educação protagonista, onde o jovem traz suas expectativas e motivações para atuar e age na elaboração, no desenvolvimento e é, fundamentalmente, o responsável por esse processo;
- o protagonismo político da participação, nos diversos espaços de construção política, e coletiva, da nossa sociedade, principalmente o ambiente escolar e comunitário, fazendo valer sua(s) voz(es) e tomando posição ativa na confirmação e reivindicação de reconhecimento de sua(s) leitura(s) do mundo;
- o protagonismo de responsabilizar-se pela sua vida em comunhão com as dos outros para seguir na direção da qualidade de vida, do atendimento aos direitos, do cumprimento dos deveres e compromisso com responsabilidades, suas e associativas, coletivas, sociais, que em seu âmbito complementar, chamamos de “protagonismo cidadão”.

Mas é fundamental o imenso desafio de redirecionar as formas negativas de processo de autoria, ou seja, **protagonismo da contravenção**, este frontal contra o sistema estabelecido e outro, em apoio a este, mas contra a causa dos seus iguais, o **protagonismo do subopressor**. Pensamos que a desconstrução da postura de ambos precisa ser o compromisso de cada cidadão que pretende uma sociedade mais igualitária com direitos e oportunidades para todos, isto porque, criminalizado um e instrumentalizado o outro, ambos são sujeitos vítimas que, pelo pensar ingênuo ou pela absoluta falta de alternativas, se configura, realiza em vitimizador, e nesta postura se afirma, legitimando a forma cruel do sistema de tratar os seus iguais, que “em lugar de buscar a libertação, na luta e por ela, tendem a ser opressores ou subopressores.” Pessoas “cuja estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, ‘existencial’, em que se formam”, prejudicados pela “imersão” em

que se acham na realidade opressora”(2005 p.32,33). E, como menciona Paulo Freire, “somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora.”(p. 32)

Fatores que contribuem para o protagonismo da contravenção

A juventude nascida em nossos dias se depara, dentre outros, com um imenso dilema que é a necessidade de produzir a própria inclusão no sistema comercial em termos profissionais e de buscar estratégias de sobrevivência e autosustento, condição fundamental para a conquista da autonomia e da emancipação do(a) jovem como sujeito “respeitável”. Esse fenômeno tem se agravado especialmente nos últimos anos à medida que aumenta o contingente de adolescentes e jovens já atingindo patamares preocupantes pelo nível de desocupação e ociosidade crônica, mas que não assim tão visível pelas classes médias e trabalhadoras tele-guiadas pela mídia avassaladora de nossos dias. Aparecem apenas os “focos marginais” pontuais a serem aniquilados, como disse Maristela Fantin,. “um contingente populacional cada vez maior à margem, que tem sido uma grande pedra no sapato de um gigante que caminha a passos largos.”

A modernização dos meios de produção e a automação sempre visaram facilitar a vida e o progresso do ser humano gerando riquezas especialmente aos proprietários da cadeia produtiva. Mas o possuidor dos bens de produção sempre almejou livrar-se dos “compromissos” com o trabalhador, o que se intensifica na medida em que os trabalhadores conquistam seus direitos. E isso vem se expressando no “enxugamento” de custos que não intenciona economizar no equipamento mas quer “*se livrar dessa gente toda*”!

Entretanto, não existe similar “esforço criativo” no sentido de gerar novas formas de aproveitamento do potencial humano e, com isso, bilhões de homens e mulheres tem seu potencial criativo e produtivo desperdiçado, e isso ainda agravado pela concentração dos meios de distribuição.

A informatização e até mesmo a automação poderiam ser mais benéficas se acessíveis ao ser humano comum, mas não há o interesse político no bem-comum-mesmo! A lógica neoliberal aceitou liberar o “escravo” mas gerou o “marginal”, seja o termo que esse carenciado receba! “Nasceu uma vaca, aumentou a riqueza; nasceu uma criança, aumentou a pobreza” traz a mesma lógica que taxa todo o compromisso social de “custo Brasil”.

Tal lógica de modernização nos leva ao mais gritante paradoxo: uma sociedade nunca tão rica antes, mas também, nunca com tantos estagnados à margem. Seres

humanos, de escravos guindados a descartáveis, e o total descompromisso com a vida, seja da espécie humana e mesmo com todos os componentes do planeta. E nesta “*era dos extremos*”, a banalização da violência e da precariedade humana aparece como “cenário inevitável da era moderna” e o ser humano incluído na sociedade a banaliza.

E os jovens, buscando lugar, onde ficam?

Como refletimos, as pessoas precisam gerar sua própria saída, ou melhor, sua entrada, seja esse “encaixe” qual for. Elas almejam que um lugar no sistema comercial legalmente instituído, com direito à carteira assinada, mas grande parte nem na informalidade “periférica” camelódroma consegue acolhida. Formais, informais ou sub-formais, todos nas dependências ou adjacências do mercado, como que divindade poderosa, fora da qual parece não haver saída. Mas e quem não tem?

Em tal contexto social, alguns administram a fatura, outros servem e usufruem dos enfaturados, outros se equilibram ajudando a manter a máquina funcionando, e uma grande parcela administra a escassez oprimidos no limite mínimo da necessidade básica, dentre os quais, estão todos os serviços do salário mínimo ou dois, operários ou não. Dentre a maioria dos aposentados que também seguram grande parte dos pendurados quase caindo da “locomotiva do mercado-sociedade”. Todos firmes, agarrados especialmente pela esperança. Outros ainda correndo atrás da máquina buscando se agarrar, mas também firmes na fé!

Esse é o cenário adverso que vislumbra o jovem cidadão que busca na emancipação sua “dignificação” e respeito perante os seus e sua comunidade. Desde quando começa a “cair na real” e perder a ingenuidade, o adolescente passa a perceber as incoerências da sociedade e a grande distância entre o mundo colorido da televisão e a realidade crua que lhe aguarda com alternativas extremas: ou se tornar um herói de alguma mídia (futebol, novela, artes) ou “ir à ganhas” ao “jeito bandido de ser bem sucedido”. Logicamente falo aqui daqueles que pertencem à imensa parcela dos “precarizados”. É absurdamente triste e desafiador ver a desesperança de tantos adolescentes e jovens ocupando as esquinas das vilas e periferias. Perceber neles a apatia diante das chances que vislumbram, caminho árduo para nunca chegar ao que “alguém de mais sorte” terá sem esforço algum! Percepção estagnada reforçada pela conformidade de grande parte dos pais, familiares e comunidades. Segundo eles, jovens “destinados a muito pouco serem”.

A escola que deveria ser lugar para desenvolver a “vocação para ser mais”, apesar do discurso que tenha, não dá o impulso para esta superação que desejariam

porque ela mesma, escola, não acredita na possibilidade dele “vir a ser” nem na sua capacidade de ajudá-los a dar tal salto. E por isso o adestra, como bem diz Hugo Assmann

“a escola clássica fez uma espécie de opção preferencial por nosso lado de animal domesticável e adestrável. E não se pode negar que, onde foi cumprido à risca, este sistema educativo deu apreciáveis resultados na linha do que se propunha, permanecendo mais ou menos fiel à visão mecanicista do corpo proposta por Descartes.” (1996, p.186)

E isso não é coisa de antigamente, como menciona Assmann em outra parte do texto:

“uma série de serviços instrucionais são hoje prestados por instituições capacitadoras que visam especificamente adestramentos e reciclagens para o mercado de trabalho.”

Ou seja, a preparação do “dog”, o que acontece com a maioria dos cursos profissionalizantes oferecidos aos jovens de baixa renda: adestram mas não ajudam a desenvolver seu potencial reflexivo.

Entretanto, nas ruas, nas festas e no convívio com seus pares o papo por vezes é outro e essa vontade de “chegar lá” não é assim tão freada. Pelo contrário, surge outro tipo de perspectiva e “viabilidade”: “*Ai nêgo, se não dá pra entrá pela porta, entremo pelas janela!*” E o sonho de garotos e garotas vai se “subvertendo”! E infelizmente, é assim que muitos “aportam” no sistema, com direito a shopping, tênis e baladas. Sabe como vieram a participar? Pela contravenção “limpa”, o “*comércio daquilo que polícia não gosta, mas que a galera quer!*”, “*E eu nem fumo tio, só levanto grana, é minha profissão!*”.

Ninguém acreditava que muitos desses garotos e garotas pudessem ir mais longe: nem a família, nem mesmo a escola. Não havia uma saída alternativa vislumbrável pela legalidade, “*Seria sonho demais pro nosso bico!*”. Assim, pela mentalidade deles, eles “*chegaram lá!*” de alguma maneira - pela participação “bandida”! Pelo protagonismo “*ladrão*”, que hoje é cantado pelo rap e pelo funk (não que esses estilos musicais cantem só isso, mas são as linguagens de expressão deles!). Sob a ótica deles, foram construindo a própria dignidade do próprio jeito! Não havia respeito por serem pardinhos, negrinhos, feinhos? “*Pois então vamô vê se a coisa muda com uma quadrada (pistola) na mão!*” Hoje, regiões como o Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, o crime organizado protagonizado e liderado por protagonistas que fizeram suas conexões. E para lá entrar, hoje, só de *Caveirão* (veículo de guerra urbana

usado no Rio de Janeiro). Mas pela concepção deles, são funcionários de outro tipo de padrão, “dogs” de um outro bando, como existem os “dogs” da Universal, dogs Mcfritas, etc. “*Na moral, ‘Soldiers’ como os soldados americanos, só que bem mais alto astral!*” me afirmou um conhecido verossímil. Sob o enfoque psicológico, independente do critério moral, eles mantiveram a própria dignidade sob outro critério ético. “*Sua ‘moral’ está na boa, eles defendem sua causa!*”, comentou outro observador independente, mencionando que alguns desses indivíduos são absolutamente fiéis com sua comunidade e que mantém a mãe a avó e até ajudam famílias na área!

Onde iniciou a deterioração e a “flexibilização” dos valores morais e éticos? Questão à aprofundar em outro momento. Entretanto, o que freqüentemente ocorrido em vários ambientes sociais de tolerância com o intolerável e aceitação do inaceitável, com suas verdades “*flexibilizadas*” e justiça “*negociada*”, cena comum entre políticos, parlamentares e governantes, faz-nos ver que a “moral de cuecas” precisa acabar! A Lei precisa ser cumprida de verdade e a começar *por lá!* Moralização é um dos dilemas a se ater!

Mas um erro não justifica outro e acreditamos na dignidade para todos! Por isso, como reverter essa deterioração, especialmente entre os jovens?

É preciso que se comece muito cedo, desde a infância, onde a educação infantil e a mídia direcionada à terna idade são fundamentais na construção dos valores de vida, e que portanto precisam ser mais selecionados como se faz em diversos países mais compromissados com a Educação. E daí em diante, durante toda essa “fase peculiar de desenvolvimento” que continua pela adolescência, como diz a lei é essencial que seja dada “prioridade absoluta” em políticas públicas e em recursos financeiros bem aplicados. E a educação social precisa ter uma atenção especial, que fortaleça as imunidades dos valores éticos e morais dignificantes! E este “pulo do gato” já tem acontecido e funcionado em outros países com transformações impressionantes. Educação é o caminho! Educação composta como uma espécie de emulsão, mistura de conhecimento já como néctar da informação, educação para valores e educação para a participação, que desenvolva esta consciência crítica da opressão e que capacite, motive e prepare para a transformação da realidade.

“Em meio ao acirramento competitivo, planetariamente globalizado, a Educação se confronta com o desafio de unir capacitação competente com formação humana solidária, já que hoje a escola incompetente se revela como estruturalmente reacionária por mais que veicule discursos

progressistas. Juntar as tarefas – habilitação competente e formação solidária – ficou sumamente difícil, porque a maioria do meio circundante (mercado competitivo) se voltam quase que exclusivamente para a demanda da eficiência (capacidade competitiva). (ASSMANN, 1996)

E assim também se constitui o horizonte da educação intercultural

“na busca de criar contextos educativos que favoreçam a integração criativa e cooperativa de diferentes sujeitos, assim como a relação entre os seus contextos sociais e culturais” (FLEURI, 1998)

E nesse sentido, diversos processos de cooperação científica, como o *Rizoma – Educação Intercultural* que, como explica o professor Fleuri

“Trata-se de um posicionamento de fundo que encara o conhecimento não numa perspectiva que enfatiza especialmente a especialização, mas privilegia a integração das áreas de conhecimento, de metodologias, de significados do saber, numa relação de “saber-poder” que procura superar a hierarquização entre saberes eruditos e populares, que busca uma relação orgânica entre os saberes acadêmicos e os contextos sociais concretos em que se exprimem e se veiculam, que assumem a pesquisa como pesquisa-ação, que promove relações educativas emancipatórias e democráticas. (...) que implica numa revisão profunda da relação entre poder e saber, entre instituição e realidades sociais e culturais diferentes.” (1998, p.53)

Um dos frutos que surgirá dessa mistura de elementos será um protagonismo responsável e cidadão por parte de nossos jovens, com um “prazer da aventura mental” (RUSSEL, Bertram) e a “celebração do conhecimento na aprendizagem” (GROSSI, Esther), daquele sujeito que considera capaz e está empoderado para fazer acontecer e que tem vontade, “tesão” por fazer isso! Mas não temos conseguido inspirar e entusiasmar com a Educação como está posta na maioria das escolas, algo que precisa ser realmente buscado, afinal, “Esta chispa interna da socialidade criativa deveria ser acendida pela educação.” (MATURANA, Humberto).

Por que a participação é fundamental?

“O impulso de participar é inerente ao ser humano e (...) suas habilidades de participação devem ser aprendidas e praticadas, e o não fazê-lo impõe à sociedade no médio e longo prazos: um mundo de adultos que não sabem se expressar nem como negociar diferenças, tampouco sabem como se envolver em diálogos construtivos ou

assumir responsabilidades pela comunidade e pela sociedade.” (KOFI, 2001)

Junto com a participação é preciso que se articule certa postura solidária, como afirma Gohn em

“A noção de participação ganha novos elementos à medida que ela deixa de ser autonomia [egocêntrica ((acréscimo elucidativo dos autores do ensaio))], de ser isolada do conjunto das relações sociais e articula-se a uma abordagem que contempla as formas de inserção dos indivíduos na sociedade”. (1985)

Outro mundo é possível e a Pedagogia do Oprimido aponta caminhos para um outro protagonismo coletivo e solidário. E é desta relação entre práxis e protagonismo, que apropriamos do texto, com o olhar para a juventude e no como uma educação social popular pode ser um antídoto para as disfunções perpetradas pelo neoliberalismo entre ela que iremos tratar neste ensaio. Desde Paulo Freire vêm surgindo renovadas e incentivadoras abordagens sobre “educação social”. Neste sentido, procuramos refletir sobre como a educação formal tem funcionado, na medida em que poucos lutam, seja pela própria “intencionalidade” de opressão, seja pela impossibilidade de romper ou mesmo transgredir ao que está absolutamente configurado pelas estruturas do sistema vigente. Sistema que representa um mundo já posto, pensado, pronto e acabado no qual cabe à cidadã(o) apenas se adequar. E muitas são as possibilidades de superação relacionando educação e protagonismo seja infanto-juvenil ou nos outros âmbitos.

Coletivo de Aprendizado sobre o Protagonismo Juvenil, nossa práxis

Para melhor enfrentarmos e buscarmos a superação de diversas situações difíceis e urgentes no que se refere às questões da criança e do adolescente, precisamos que a articulação em rede envolva todas as partes, da família à escola passando pelas associações de cada comunidade local. E esse esforço será bem mais eficaz se contarmos também com a participação das próprias crianças e adolescentes como integrantes ativos das articulações. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança argumenta que essa participação aumenta a pluralidade e eficácia das ações ao contemplar os pontos-de-vista desses que são os próprios beneficiários, as crianças e os adolescentes, despertando neles o interesse pelo que é coletivo. Isso não significa entregar-lhes o domínio das situações mas envolvê-los no processo de compartilhamento das decisões. Com isso, eles e elas vão aprendendo sobre

participação e democracia na medida em que se desenvolvem, e assim vão se formando adultos mais tolerantes e respeitadores.

Uma vez que as habilidades de participação são aprendidas na medida em que são praticadas é fundamental que haja uma sensibilidade dos adultos em perceber cada criança e cada adolescente como sujeito “fonte pensante”, capaz de gerar idéias e percepções, e não apenas reduzi-lo a repetidor(a) ou porta-voz de outros. Percepção básica para se viabilizar um ambiente onde a participação protagonista infanto-juvenil possa acontecer.

Entretanto, na prática, esta percepção é algo muito recente e até temido por alguns que temem “perder o controle”. Mas existem diversas situações e entidades onde a participação infanto-juvenil tem sido protagonista. Como aperfeiçoar as abordagens no sentido de que possamos ter entidades, projetos e mesmo educadores mais propiciadores dessa forma de participação infanto-juvenil mais protagonista? É um novo horizonte de participação do século XXI que queremos ajudar a construir. Com este intuito formamos um coletivo de reflexão e aprofundamento ao qual demos o nome de **Coletivo de Aprendizado sobre o Protagonismo Infanto-juvenil Cidadão – CAPROC** (designamos de “Cidadão” porque, como vimos, não há como negar que existe outras formas, como por exemplo, o protagonismo da contravenção.) Nosso propósito inicial com esse coletivo tem sido uma reflexão e aprofundamento com vistas à Oficina “Participação e Protagonismo Infanto-Juvenil”. Compusemos “comunidades de diálogo” e assim vamos dialogando entre os núcleos que formamos compostos por crianças, adolescentes e/ou jovens e facilitadores que são como trampolins para que nossos jovens possam saltar! E assim se dá a busca da práxis libertadora, generosa e solidária, neste caminho da opção de luta pela “restauração da humanidade”.

Vários aspectos ficam abertos para futuras reflexões à partir das provocações do presente texto, dentre elas o aprofundamento da questão “marginalidade” (como provoca Maristela Fantin) e da distinção clara entre marginalidade e criminalidade. Também merece aprofundamento a questão do protagonismo e de sua potencialização não só pela Educação como por outros segmentos da sociedade como forma de participação. E ainda com relação à Educação, a questão da educação intercultural ‘baseada na precaução’ em vez da, por vezes tardia, prevenção; reflexão esta apresentada no III Seminário Internacional de Educação Intercultural por Nicole Carignan, assim como outros assuntos lá refletidos.

Existe algo que todos somos responsáveis enquanto sociedade, cada um em sua esfera de influência, e isto é, em não deixar morrer é a esperança de que “é possível!” e de que vale à pena ir à luta. Referindo-se ao jovens, inspirar em cada um deles a noção do próprio valor e da possibilidade de transformação que há no esforço e na participação individual e, especialmente no coletivo. E aí está a função animadora da Educação, revolucionária, primordial e indispensável em inspirar meninos e meninas de todas as idades a perceber suas potencialidades e possibilidades como fatores essenciais para a sociedade no seu esforço coletivo em direção à transformação social e a preservação do ser humano, de todos os seres vivos e do planeta.

Referências

ASSMANN, Hugo. Pós-modernidade e Agir Pedagógico. In: Anais do VIII Endipe, NUP/ CED/ UFSC, Florianópolis, 1996)

FANTIN, Maristela. **Marginalidade e o processo e o processo de construção de cidadania.** In: Intercultura e Movimentos Sociais, MOVER/NUP, Florianópolis, 1998.

FLEURI, Reinaldo M. **Educar para que?** Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KOFI, Annan - The Participation Rights of Adolescents: a strategic approach, UNICEF, Série Documentos de Trabalho, p.11, Nova Iorque, 2001.